

MARIADITA
JAGUARIÚNA

REGULARIZAÇÃO DE IMÓVEIS
URBANOS E RURAIS

• HABITE-SE (19) 99215-4852
• INSTITUIÇÃO DE CONDOMÍNIO (19) 99184-6967
• CAR - CCIR - INCRA

Dr. Caius Godoy (Dr. da Roça)
agora aqui todas as semanas



Aos que ainda não me conhecem, meu nome é Caius Godoy, advogado e administrador de empresas com atuação exclusiva no agronegócio. De uma família de produtores rurais do interior de São Paulo, a querida Duartina, tento através do meu trabalho levar informações para dentro da porteira, sendo elas envolvendo o Direito, ou não. Hoje tenho escritório nas cidades de Campinas e Jaguariúna e com muito orgulho sou conhecido e chamado carinhosamente pelos meus amigos e clientes, como o Dr. da Roça. Espero que gostem da minha coluna semanalmente falando sobre o mundo agro e agradeço pela oportunidade do Grupo O Regional de comunicação.

E como sempre finalizo, tchaaau obrigado!!

DATAGRO: Importação de fertilizantes no Brasil bate recorde para o mês de julho em meio a preços em alta

O Brasil importou, em julho, o maior volume de fertilizantes do ano, totalizando 4,79 milhões de toneladas, segundo dados do Ministério da Indústria e Comércio Exterior (MDIC). O resultado representa alta de 15,6% em relação a junho e de 7,1% frente ao mesmo mês de 2024, estabelecendo um recorde histórico para o mês de julho.

No acumulado de 2025, as importações brasileiras de fertilizantes somam 24,2 milhões de toneladas, aumento de 8,8% em comparação ao mesmo intervalo de 2024. Trata-se do maior volume já registrado para o período, superando o recorde anterior de 2022 (23,67 milhões de toneladas) em 2,2%.

Entre janeiro e julho de 2025, a Rússia manteve-se como principal fornecedora, com 6,88 milhões de toneladas embarcadas (28,2% do volume total), alta de 18% sobre igual período do ano anterior. Na sequência, a China enviou 5,14 milhões de toneladas (21,2% do volume total), com crescimento de 75,7% na comparação anual, enquanto o Canadá ocupou a terceira posição, com 3,1 milhões de toneladas (12,8% do volume total), recuo de 2,2% frente a 2024.

Após as incertezas geradas pelo conflito no Oriente Médio, entre Israel e Irã, em junho, o mercado registrou, em julho, uma intensificação das tensões com a escalada da guerra tarifária conduzida pelos Estados Unidos. A possibilidade de novas tarifas americanas sobre países que mantêm relações comerciais com a Rússia, como o Brasil, aumentou o risco de interrupções no abastecimento e pressionou as cotações internacionais, dos principais fertilizantes. A Índia foi o exemplo mais recente, sofrendo um acréscimo de 25 pontos percentuais nas tarifas de importação, totalizando 50%.

De forma geral, produtores buscaram antecipar compras para garantir o suprimento necessário à produção. Agricultores latino-americanos podem enfrentar dificuldades caso os EUA ampliem sanções a importadores de fertilizantes russos — insumos essenciais para ganhos de produtividade em culturas como por exemplo abacate no México, café e frutas na Colômbia, e soja e milho no Brasil. Os números de julho já indicam um movimento de antecipação, e, com a maior demanda, os preços atingiram

novos patamares de equilíbrio.

O viés altista dos preços — já presente devido a restrições de oferta na China e na Rússia — intensificou-se no atual contexto. O preço médio CIF de compostos NP atingiu US\$ 570,87/t, alta de 13,2% sobre junho e de 15,9% no comparativo anual. A ureia CIF avançou 7% no mês, para US\$ 427,37/t. MAP e KCl subiram entre 5% e 6% frente a junho. Em relação a julho de 2024, a ureia acumula aumento de 23%, o MAP de 23,8%, o KCl de 14,5% e o sulfato de amônio de 6,2%.

Outro ponto de atenção é a preocupação de empresas importadoras de fertilizantes russos com possíveis retaliações dos EUA, levando-as a buscar fornecedores alternativos em um mercado de oferta restrita. A Mosaic, sediada nos Estados Unidos, alertou que novas interrupções comerciais entre os maiores fornecedores globais poderiam aumentar a volatilidade dos preços.

No acumulado do ano, o porto de Paranaguá – PR foi o principal ponto de entrada de fertilizantes no Brasil, com 6,34 milhões de toneladas (26,2% do total), seguido por Santos – SP (3,91 milhões ou 16,2%), Rio Grande – RS (3,86 milhões ou 16,0%), São Luís – MA (2,31 milhões ou 9,5%) e Salvador – BA (1,61 milhão ou 6,7%).

O dispêndio brasileiro com fertilizantes atingiu US\$ 8,8 bilhões, alta de 16% na comparação anual, reflexo do maior volume importado e da elevação dos preços. As compras do insumo representaram 5,2% do total das importações brasileiras no período, ante 4,9% no mesmo intervalo de 2024.

O segundo semestre costuma ser um período de aquecimento nas compras de fertilizantes no Brasil, o que, sazonalmente, mantém os preços em níveis mais altos. Com as importações em trajetória ascendente, 2025 caminha para novo recorde, tanto em volume quanto em valor. Nesse contexto, a relação de troca tende a piorar para os produtores, a depender também do preço da commodity, especialmente para aqueles que adiaram aquisições à espera de oportunidades mais favoráveis. Ainda assim, mesmo diante de preços elevados, a compra do insumo tende a ser mantida, já que a perda de produtividade por falta de tratamentos culturais teria impacto mais severo que o aumento de custos.

UNIÃO ESTÁVEL: ASPECTOS JURÍDICOS E RELEVÂNCIA NO DIREITO DE FAMÍLIA.

A união estável, cada vez mais presente na realidade social brasileira, representa uma das formas de constituição de entidade familiar reconhecidas pelo ordenamento jurídico. Seu reconhecimento reflete a evolução das relações afetivas e a necessidade de proteção jurídica a arranjos familiares que não se enquadram no modelo tradicional do casamento civil. Conceito e Fundamentos Legais.

A união estável encontra respaldo na Constituição Federal de 1988, em seu artigo 226, §3º, que estabelece ser a entidade familiar aquela formada pela união estável entre homem e mulher, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento. A partir de interpretações constitucionais posteriores e do princípio da dignidade da pessoa humana, o instituto passou a abranger também uniões homoafetivas, conforme decisão histórica do Supremo Tribunal Federal (STF) em 2011.

No plano infraconstitucional, o Código Civil de 2002 (arts. 1.723 a 1.727) disciplina a união estável, definindo-a como convivência pública, contínua e duradoura, estabelecida com o objetivo de constituir família.

Requisitos Caracterizadores.

Para o reconhecimento da união estável, devem estar presentes:

Publicidade: a relação deve ser conhecida socialmente, afastando a clandestinidade;

Continuidade: a convivência não pode ser eventual, devendo demonstrar estabilidade;

Durabilidade: embora não exista prazo mínimo fixado em lei, é necessário certo tempo de convivência para se evidenciar o vínculo;

Intuito de constituir família: elemento central, que distingue a união estável de meras relações de namoro.

Importante destacar que a lei não exige coabitação, sendo plenamente possível o reconhecimento da união estável entre pessoas que residem em locais distintos, desde que comprovados os requisitos acima.

Direitos e Deveres dos Companheiros. A união estável confere aos companheiros direitos e deveres semelhantes aos dos cônjuges. Entre eles, destacam-se: dever de lealdade, respeito e assistência; regime de bens, que na ausência de

pacto escrito será o da comunhão parcial; direito sucessório, equiparado ao do cônjuge sobrevivente, após a decisão do STF que reconheceu a isonomia; inclusão em benefícios previdenciários e planos de saúde, desde que comprovada a união. Formalização e Provas.

Embora a união estável possa ser reconhecida de fato, é recomendável sua formalização por escritura pública em cartório, especialmente para definir o regime de bens ou facilitar a comprovação perante terceiros. Na ausência de formalização, a união poderá ser reconhecida judicialmente, mediante apresentação de provas como declarações de dependência em planos, fotografias, testemunhos e registros de convivência comum. Dissolução e Consequências Patrimoniais.

A dissolução da união estável pode ocorrer consensual ou litigiosamente, em juízo ou por escritura pública (quando não houver filhos menores ou incapazes). Na partilha, prevalece o regime de bens adotado pelo casal; se não houver estipulação, aplica-se a comunhão parcial, partilhando-se os bens adquiridos onerosamente durante a convivência.

Quanto aos alimentos, é possível que um dos ex-companheiros seja compelido a prestar pensão ao outro, desde que demonstrada necessidade e possibilidade, observando-se os princípios da solidariedade familiar e da proporcionalidade.

A união estável consolida-se como instrumento essencial de proteção jurídica à diversidade das relações afetivas contemporâneas. Sua regulamentação busca equilibrar a autonomia da vontade dos companheiros com a necessidade de segurança jurídica e tutela da dignidade humana.

Diante da complexidade dos reflexos patrimoniais e sucessórios, recomenda-se que os companheiros, ao optarem por constituir união estável, busquem orientação jurídica qualificada, de modo a evitar litígios futuros e garantir a efetividade dos seus direitos.

Dr. Caius Godoy, Advogado Especialista em Holdings Familiares. Presidente da Comissão de Cultura, Mídia e Entretenimento da OAB Jaguariúna. e-mail: caius.godoy@adv.oabbsp.org.br

NOVO SERVIÇO DA EMBRAPA SELECIONA CAPRINOS E OVINOS PELA EFICIÊNCIA ALIMENTAR

Prova de Eficiência Alimentar e Desempenho (Pead) permite que criadores levem jovens ovinos machos para testes na Embrapa Caprinos e Ovinos (CE).

Objetivo é selecionar os reprodutores com melhor eficiência no aproveitamento de alimentos.

Tecnologia reduz custos de produção — a alimentação pode representar até 75% das despesas — e favorece sistemas mais sustentáveis, com menos emissão de GEE e resíduos.

Reprodutores selecionados serão usados em programas de melhoramento genético, disseminando a característica nos rebanhos.

Utiliza a estrutura do Ceadoc, centro de avaliação equipado para medir o consumo individual dos animais durante os testes.

Um novo serviço vai ajudar criadores de caprinos e ovinos a identificar reprodutores que produzem mais com menos alimento. Desenvolvida pela Embrapa e parceiros, a Prova de Eficiência Alimentar e Desempenho (Pead) mede o consumo e o desempenho dos animais, permitindo selecionar os mais produtivos e sustentáveis. A iniciativa reduz custos com alimentação — que podem representar até 75% das despesas da atividade — e apoia o melhoramento genético dos rebanhos, contribuindo para a redução de gases de efeito estufa e de resíduos no ambiente. Mais informações estão disponíveis na página da Pead.

O serviço utilizará a nova estrutura do Centro de Eficiência Alimentar e Desempenho de Caprinos e Ovinos (Ceadoc), construído na Embrapa Caprinos e Ovinos (CE), com recursos de emenda parlamentar da bancada cearense no Congresso Nacional. O espaço conta com baias, comedouros e bebedouros com equipamentos eletrônicos e tem capacidade de receber até 64 animais jovens para as provas. Cada animal será monitorado por meio de sensores e chips que permitirão o registro do consumo individual de alimentos, permitindo saber, com maior acurácia, os dados relacionados à eficiência alimentar. Também serão avaliadas características como ganho de peso, medidas de carcaça por ultrassonografia e indicadores de fertilidade dos animais.

A partir da manifestação de interesse dos criadores, será elaborado um calendário para cada prova e aberto um período de inscrições dos animais. Os criadores deverão levar os seus animais até a Embrapa Caprinos e Ovinos para a realização desses testes que indicarão aqueles com melhor eficiência alimentar (indicador que mensura quais animais demonstram melhor aproveitamento dos nutrientes em comparação com os demais, a partir da mesma dieta) e desempenho. O objetivo é que os animais de melhor classificação na prova sejam utilizados nos rebanhos e contribuam para a elevação do seu potencial genético para a produção de carne.

Segundo Olivardo Facó, pesquisador da área de Melhoramento Genético da Embrapa Caprinos e Ovinos, o serviço traz dois impactos importantes: no curto prazo, a identificação de potenciais reprodutores para a promoção de ganhos genéticos nos rebanhos e, no médio ou longo prazo, um estímulo à estruturação de programas de melhoramento genético mais amplos para as cadeias da ovinocultura e da caprinocultura de corte.

“Para obter um sistema rentável, entre outros aspectos, é fun-

damental contar com animais mais eficientes, que consumam menos para ganhar peso”, destaca Facó. Ele reforça também que a busca por animais de maior eficiência alimentar pode ser uma estratégia mais sustentável pela redução de resíduos e da emissão de gases de efeito estufa.

Serviço quer impulsionar melhoramento genético no País

De acordo com o pesquisador, o novo serviço também pode contribuir para a estruturação de programas de melhoramento genético com caprinos e ovinos no País. O Brasil é, atualmente, o maior produtor da América Latina, com rebanho de aproximadamente 21,8 milhões de ovinos e 12,9 milhões de caprinos. Porém, fatores limitantes como problemas de organização nessas cadeias produtivas dificultam a estruturação de programas de melhoramento, fazendo com que o mercado de material genético (reprodutores, matrizes, sêmen e embriões) fique restrito a indicadores como porte, morfologia racial dos animais ou premiações em exposições.

Facó ressalta que o mais aconselhável é que as características de eficiência produtiva dos animais sejam avaliadas de forma objetiva, por meio de metodologias científicas adequadas para identificação de animais geneticamente superiores, o que pode ser viabilizado por meio de provas de avaliação de desempenho. “O ideal é investir na seleção de animais de forma objetiva, visando obter animais mais produtivos”, pontua.

Para aprimorar a precisão na identificação de características de reprodutores, que sejam transmissíveis para as próximas gerações nos rebanhos, a estrutura do Ceadoc permite que cada uma das quatro baias possa receber até 16 animais, além de contar com comedouros, bebedouros e balanças automatizadas da fabricante Ponta-Integrado. O sistema automatizado implantado no Centro reconhece os animais por meio de brinco eletrônico (chip) e permite determinar o consumo individual de água e de alimento, bem como a frequência com que vão aos cochos e bebedouros.

“O diferencial do Ceadoc é avaliar a eficiência alimentar individual, com um grande número de animais. Nos métodos tradicionais, seria necessário analisá-los em baias individuais ou em gaiolas metabólicas, o que aumentaria custo e mão de obra. Além disso, nessas duas situações, os animais não estão em seu comportamento natural que é o de ficar em lotes”, destaca Facó.

Segundo o pesquisador, um dos objetivos para o futuro é estudar a arquitetura genética de raças locais quanto à eficiência alimentar e desenvolver equações de predição genômica para essa característica. A estrutura do Ceadoc é uma das poucas na América Latina que permite avaliações de desempenho com foco em eficiência alimentar para pequenos ruminantes. Além dela, somente o Instituto de Zootecnia (SP), e o Instituto Nacional de Investigação Agropecuária (INIA), no Uruguai, possuem estruturas semelhantes para provas com essas espécies.

Eficiência alimentar para melhor desempenho produtivo

Ao destacar a eficiência alimentar como indicador produtivo de referência para uma estratégia de melhoramento genético, o serviço

da Prova de Eficiência Alimentar e Desempenho traz uma perspectiva que pode ser inovadora e trazer bons resultados a médio e longo prazo para o setor produtivo. Essa é a avaliação da zootecnista Luciana Guedes, coordenadora de pesquisa do Centro Universitário INTA (Uninta) – campus de Fortaleza (CE) e parceira da Embrapa em pesquisas na área de nutrição animal.

“Integrar esses dados aos programas de melhoramento genético potencializa o ganho genético na característica, disseminando-a de forma consistente nas próximas gerações dos rebanhos. Isso gera linhagens mais produtivas e rentáveis, fortalece a competitividade do setor, reduz custos de produção e promove sistemas pecuários mais sustentáveis, alinhados às demandas de mercado e à preservação ambiental. Em suma, será possível multiplicar no rebanho nacional a característica da eficiência alimentar”, salienta a zootecnista.

Para a pesquisadora, a seleção de animais eficientes, que possam converter melhor sua alimentação em produtos como carne ou leite, é vantajosa para aplicação no campo. “Ao adotar essa estratégia, o produtor reduz o custo com insumos alimentares sem comprometer a produtividade, além de contribuir para a sustentabilidade, com menor pressão sobre recursos naturais e menor emissão de gases de efeito estufa por quilo de carne ou litro de leite produzido”, frisa.

Facó acrescenta que a eficiência alimentar pode ser alcançada de duas formas: via manipulação da dieta, visando fornecer aos animais nutrientes em quantidade compatível com sua demanda real, ou via melhoramento genético animal, selecionando os animais mais eficientes entre os seus contemporâneos, o que se pretende realizar, em cooperação com os criadores, por meio do serviço.

“Essa estratégia, embora exija um trabalho de médio a longo prazo para seleção de reprodutores e matrizes geneticamente superiores para a eficiência alimentar, pode ser iniciada e prover resultados de curto prazo a partir da identificação de reprodutores jovens superiores nas provas de eficiência alimentar e desempenho”, reforça o pesquisador. A ideia é adotar a eficiência alimentar como um indicador fundamental para as ações de melhoramento e, na prática, fazer com que material genético, cientificamente comprovado, esteja disponível para criadores.

Facó pondera que é importante, para fins de produção e melhoramento dos rebanhos, diferenciar a eficiência alimentar do conceito de conversão alimentar, que costuma ser comum entre produtores. A conversão se trata de uma medida de quanto o animal consumiu para ganhar um quilo de peso. Porém, é uma característica que, eventualmente, pode trazer problemas para a seleção de animais.

“É um atributo que, normalmente, tem certa dependência do peso do animal. A seleção por conversão alimentar, muitas vezes, leva a escolha de animais muito grandes, de porte maior, o que pode elevar o custo de manutenção. Em longo prazo, essa forma de seleção pode não ser positiva”, alerta o pesquisador.

Pesquisa em parceria com associações e produtores

O serviço da Prova de Eficiência Alimentar e Desempenho (Pead)

estará à disposição dos produtores de todo o País, para as provas de avaliação de desempenho em que animais de rebanhos diferentes possam participar, em condições semelhantes, e serem avaliados. Essa modalidade permite pesquisas em parceria com o setor produtivo e já conta com diálogo estabelecido com as Associações Brasileiras de Criadores de Ovinos (ARCO) e de Criadores de Caprinos (ABCC) para a mobilização de criadores, além da parceria com a empresa de nutrição animal Integral Mix.

“A ARCO vê este serviço como uma ferramenta extraordinária para consolidar o melhoramento de raças envolvidas. Dará oportunidade de aquisição de animais melhoradores, que possam transferir aos seus descendentes essa qualidade fundamental”, afirma Edemundo Gressler, presidente da ARCO.

Segundo Gressler, a instituição estará comprometida em articular, junto às diferentes associações locais filiadas, a participação em provas de avaliação de desempenho no Centro. “É intenção sim, promover a mobilização junto aos criadores dos estados na adesão a esse projeto e, por consequência, levar animais das mais variadas raças”, reforça.

O presidente da ABCC, Pedro Martins, também manifestou interesse em conhecer a metodologia do serviço e indicar criadores para participar das provas. “Nossa intenção é pavimentar oportunidades e ações que venham a contribuir e melhorar a base do nosso setor da caprinocultura”, afirma Martins, que também é presidente da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Caprinos e Ovinos no Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa).

Saiba mais sobre o serviço oferecido pela Embrapa

As provas de eficiência alimentar e avaliação de desempenho, que serão oferecidas como serviço aos produtores, terão um período total de 70 a 90 dias de avaliação dos animais, em que eles serão alocados nas baias do Ceadoc, com alimentação padronizada, para observar indicadores relativos a consumo de alimentos e água e sua relação com o ganho de peso.

Além dos indicadores para eficiência alimentar e ganho de peso, também são realizadas medidas ultrassonográficas de área de olho de lombo e espessura de gordura subcutânea, perímetro escrotal (relacionado à fertilidade) e escores visuais para conformação, tipo racial e aprumos.

Nas provas, serão avaliados animais machos com idade entre 90 e 150 dias (três a cinco meses), com mínimo de 32 e máximo de 64 animais, simultaneamente, em cada prova. Ao encerramento de cada prova, haverá evento para divulgação dos resultados.

A estrutura do Ceadoc já foi testada para avaliação de desempenho com animais do rebanho da Embrapa. A prova selecionou sete reprodutores com performance considerada superior para eficiência alimentar, que foram disponibilizados a compradores por venda pública, no dia 15 de agosto deste ano.

Adilson Nóbrega (MTB/CE 01269 JP)

Embrapa Caprinos e Ovinos

Contatos para a imprensa caprinos-e-ovinos.imprensa@embrapa.br
Telefone: (88) 3112.7413

MUNDIAL ANUNCIAM INVESTIMENTO DE R\$ 1,1 BILHÃO PARA FORTALECER O AGRO PAULISTA



Em parceria com banco internacional, São Paulo terá montante disponível para investir no desenvolvimento sustentável de sua produção rural

Com investimento total de R\$ 1,1 bilhão, sendo R\$ 800 milhões financiados pelo Banco Mundial e o restante em contrapartida do Tesouro Estadual, o Governo do Estado de São Paulo aprovou junto ao banco internacional o Projeto Agro Paulista Mais Verde – Microbacias III, um dos maiores programas de desenvolvimento rural sustentável já realizados no estado. O resultado foi oficializado pela Comissão de Financiamentos Externos (CO-FIEX) em comunicado oficial. A iniciativa, coordenada pela

Secretaria de Agricultura e Abastecimento por meio da Diretoria de Assistência Técnica Integral (CATI), terá duração de 6 anos e beneficiará mais de 120 mil produtores rurais do estado de São Paulo, com uma das principais metas aumentar o valor de venda dos produtos de agricultores familiares através do investimento na infraestrutura produtiva das agroindústrias, cooperativas e associações de produtores. “Em 2024, apresentamos ao Banco Mundial, em missão internacional na Europa, o potencial do agro paulista em tecnologia, sustentabilidade e segurança alimentar. Com o projeto aprovado, vamos aplicar o financiamento para transformar a realidade dos produtores

e fortalecer a produção, gestão e organização das propriedades rurais e agroindústrias de São Paulo. É só a primeira vitória”, comenta o secretário de Agricultura e Abastecimento de São Paulo, Guilherme Piai. O Microbacias III tem como missão aumentar a produtividade, gerar renda, recuperar áreas degradadas e ampliar o uso de tecnologias sustentáveis, preservando o meio ambiente e fortalecendo a economia local e regional. Entre as metas iniciais previstas partir do financiamento do Banco Mundial, estão a recuperação de 1 milhão de hectares com sistemas produtivos sustentáveis, a ampliação da conectividade e da geolocalização no campo, investimentos em infraestrutura hídrica e saneamento rural em 500 propriedades, capacitação de 15 mil produtores para uso de tecnologias sustentáveis, apoio à gestão econômica e ambiental de 20 mil propriedades, fortalecimento de 420 associações e cooperativas, inclusão produtiva de 5 mil mulheres e jovens, apoio a 80 projetos comunitários de povos tradicionais, capacitação de 400 extensionistas rurais e elaboração de 200 planos de negócio coletivos e 200 individuais, além da formação de 300 redes de comunidade solidária. Execução e comitê do programa Seguindo as normas do Banco Mundial, o programa será executado com rigor técnico e transparência, garantindo

eficiência e impacto duradouro. A CATI, responsável pela implementação, contará com apoio da Diretoria de Defesa Agropecuária e da Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (Itesp) para atingir as metas. O diretor da CATI, Ricardo Pereira, celebra a conquista “Obtivemos uma grandiosa e esperada aprovação, ainda mais no mês em que a CATI completa 58 anos de história, sempre transformando vidas e caminhando lado a lado com as famílias rurais paulistas.”

Histórico

O Microbacias III é a terceira fase de um programa que já deixou marcas profundas no desenvolvimento rural sustentável paulista. A primeira fase, que durou de 2000 a 2008, Microbacias I, envolveu 69.997 produtores em ações de conservação ambiental e manejo sustentável, abrangendo 970 microbacias em 514 municípios e mais de 3,3 milhões de hectares. A segunda fase, de 2011 a 2018, focada no acesso ao mercado, beneficiou 293 organizações e executou 355 projetos estruturantes, além de modernizar a própria CATI e recuperar estradas rurais estratégicas. Para João Brunelli Júnior, engenheiro agrônomo e responsável técnico do novo projeto, a iniciativa representa “um impulso transformador, integrando tecnologia, sustentabilidade e organização social para dinamizar economias locais e regionais”.

SP AMPLIA PRODUÇÃO DE MUDAS E IMPULSIONA O CAMPO PAULISTA

A produção frutífera no estado de São Paulo está em constante crescimento, e com isso, surgem necessidades e oportunidades de alavancar e aumentar a tecnologia do cultivo. Esse é o objetivo do Serviço Laboratorial de Micropropagação da Diretoria de Assistência Técnica Integral (CATI), sediado em Tietê, que acaba de retomar o cultivo de mudas de banana, reforçando seu papel como parceiro dos produtores rurais.

As variedades trabalhadas incluem Grande Naine, Prata-Anã e Maçã, escolhidas para atender à alta demanda e à escassez no mercado. Para isso, o espaço foi adaptado para manter matrizes saudáveis e ganhou um moderno sistema de biorreatores, que permite produzir mais mudas com menos trabalho.

“O Laboratório de Micropropagação de Tietê já produziu mudas de banana em outras épocas. Agora estamos retornando a produção dessa cultura.

Readequamos a estufa para a manutenção das matrizes, fizemos a indexação de vírus nas matrizes e estamos iniciando a produção in vitro. Adquirimos um protótipo da instalação de biorreatores para

produção das mudas em meio líquido, o qual proporcionará uma produção maior com menor utilização de mão de obra. Com essas novidades, poderemos produzir até 120 mil mudas por ano”, afirmou a chefe de serviço do laboratório, Laura Becker.

Além da novidade com as bananas, o laboratório mantém atuação consolidada na produção de mudas de morango, atividade iniciada em 2008 a partir de uma demanda da Associação dos Produtores de Morango e Hortifruti de Atibaia, Jariñu e Região.

O objetivo é fornecer mudas de matrizes de morango, com alta qualidade genética e fitossanitária, nas cultivares adequadas ao microclima da região e quantidades necessárias para atender os viveiristas e produtores rurais.

“Para que isso funcione no tempo certo, é preciso fazer a extração dos meristemas entre o mês de outubro e dezembro, para que possamos multiplicar estas plântulas recuperadas dos meristemas, enraizá-las e aclimatar até o mês de setembro do próximo ano, quando chegam ao viveirista para serem multiplicadas novamente. No mês de março, as mudas das matrizes dos viveiristas vão para o pro-



duzidor de morango, onde vão florescer e produzir os frutos de junho a dezembro deste mesmo ano”, contou Laura.

Desde então, o trabalho de produção de mudas de matrizes feito pelo laboratório tem sido de grande sucesso. Segundo a pesquisadora, cada muda de matriz de morango produzida pelo laboratório pode gerar, em média, mais de 250 outras mudas. Este ano, o laboratório produziu cerca de 15 mil mudas, que desenvolveram aproximadamente 4 milhões de mudas de morangos. Além disso, o cultivo em laboratório oferece benefícios ao viveirista no as-

pecto ecológico, financeiro e ambiental.

A diferença de qualidade é sentida pelo viveirista de Jundiá, Denis Mingoti. Parceiro do laboratório, ele faz a climatização das mudas de matrizes e decidiu retomar o trabalho com morango após 15 anos.

“As mudas da CATI são referência no mercado de mudas in vitro, com ótima qualidade e sanidade. O principal diferencial é a sanidade das plantas. Por serem cultivadas em laboratório, em um ambiente controlado e estéril, temos mais confiança no material”, disse Denis.